

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Globo Class.: 763
 Data: 29/09/83 Pg.: _____

NOVE QUEREM CASSAÇÃO. SÓ ABI-ACKEL ACHA QUE "CASO NÃO É EXTREMO"

Dez ministros pedem à Câmara providências contra Juruna

BRASILIA — Dez Ministros de estado haviam encaminhado até as 20 horas, à Mesa da Câmara dos Deputados, pedidos de providências contra o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), pelo discurso em que ele, indiscriminadamente, considerou todo o Ministério de Figueiredo "ladrão, corrupto, sem-vergonha e mau-caráter". Os demais Ministros deverão encaminhar hoje pedidos idênticos.

Dos Ministros, apenas o da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, não pediu a cassação de Mário Juruna (os outros invocaram o artigo 35, item 2º, da Constituição, que prevê a cassação por procedimento atentatório "das instituições vigentes"). Abi-Ackel disse que o caso não merece "medidas extremas", pedindo "medidas cabíveis".

A Mesa da Câmara reúne-se segunda-feira para examinar os ofícios dos Ministros e tem três alternativas de enquadramento de Mário Juruna: censura, suspensão do exercício do mandato ou perda do mandato.

CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS

O Porta-Voz do Palácio do Planalto, Carlos Atila, disse que a decisão dos Ministros de Estado "está fundamentada nos artigos da Constituição, de forma que se trata do funcionamento normal do regime democrático".

— O que os Ministros estão fazendo é recorrer a um direito que a Constituição lhes assegura — disse o Porta-Voz, admitindo, em seguida, que "as consequências políticas de um ato dessa natureza ocorrerão".

Carlos Atila disse que o pedido de providências contra o Deputado Mário Juruna foi feito pelos Ministros com a aprovação do Presidente Figueiredo. Disse, ainda, que foi a publicação do discurso do Deputado — que o Governo considerou ofensivo — pelo jornal "Correio Braziliense" que provocou a ação do Governo.

Na manhã de terça-feira, durante a solenidade de entrega das credenciais do novo Embaixador do Canadá, o Presidente Figueiredo tirou do bolso um recorte de jornal e mostrou aos Ministros Leitão de Abreu e Rubem Ludwig. O Presidente demonstrava grande irritação e pediu ao Ministro Leitão que tomasse providências.

'Todo Ministro é corrupto'

BRASILIA — "Não tem Ministro nenhum que presta. Para mim, todo Ministro é corrupto, todo Ministro é ladrão, todo Ministro é sem-vergonha, todo Ministro é mau-caráter".

Essas frases foram ditas em discurso, segunda-feira, no plenário da Câmara, pelo Deputado Mário Juruna, e publicadas apenas no jornal "Correio Braziliense", citado nos ofícios dos Ministros como fonte para provar as declarações do Deputado.

A tônica do discurso de Mário Juruna, ocupando horário do PDT, foi protestar contra o descaço das autoridades governamentais diante da situação do índio brasileiro. Logo de início, ele afirmava que não sabia para que existem, o Ministro do Interior e a Funai.

Mário Juruna acusava também, no seu discurso, que "autoridade não presta, não vale nada, autoridade puxa-saco de fazendeiro" contra os interesses indígenas. Em outro trecho, dizia:

— Todos esses milicos, como Mário Andreazza, como o Presidente da República, não estão olhando o pobrezinho, o índio inocente. Este Presidente da República devia tomar conhecimento para queimar todo lixo, queimar toda sujeira que não presta para nós aqui no Brasil.

DIFICULDADE SEMÂNTICA

Depois de uma reunião com o Líder do PDS, Nelson Marchezan, na qual tomou conhecimento oficial do pedido de providências contra o Deputado Mário Juruna, o Líder do PDT, Bocayuva Cunha, disse que "há uma dificuldade semântica para se entender a linguagem do Deputado Mário Juruna", que, como índio, tem o português como sua segunda língua:

— Como índio, ele sempre disse que "branco rouba o índio", ao descobrir e tomar posse do Brasil. As suas palavras, se proferidas por outro Deputado, teriam uma conotação diferente, mas, por sua condição de índio, devem ter um entendimento especial.

A explicação do Líder do PDT é compartilhada pelos Líderes dos outros partidos da Oposição, que tomaram parte na reunião com Marchezan.

O Líder Nelson Marchezan esclareceu também que antes de chegar à Câmara os pedidos dos ministros, ele já tomara a iniciativa de telefonar

ao Presidente da Casa, Flávio Marçilio, em Fortaleza, pedindo a não publicação do discurso de Juruna para exame da mesa diretora. Na entrevista que teria ontem com o Presidente Figueiredo, o Líder do PDS trataria desse assunto, mas diante do fato consumado — a chegada dos pedidos de providências — ele cancelou a audiência.

A defesa

— Eu estou falando linguagem nacional. Não estou apontando o dedo a ninguém. Mostro que há fome, miséria e repressão no Brasil, e acho que a autoridade tem poder para resolver estes problemas, disse ontem Mário Juruna, que se mostrou tranquilo quanto à reação de Ministros ao discurso que fez na Câmara.

Afirmou ele, ainda: — Não fui nomeado, fui eleito pela população do Rio de Janeiro, cidade importante. Sempre fui homem de falar a verdade. Prova de que não minto é a situação do Brasil, que está afundando.

Mesa da Câmara examinará os ofícios segunda-feira

A Mesa da Câmara dos Deputados reúne-se segunda-feira, às 9 horas, para examinar os ofícios de Ministros pedindo providências contra o Deputado Mário Juruna.

Segundo o dispositivo constitucional invocado, "poderá perder o mandato o Deputado ou Senador" cujo "procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes", mas caberá, neste caso, à Câmara, um dos três procedimentos previstos no seu Regimento Interno: censura, suspensão do exercício do mandato ou perda do mandato.

Ausente de Brasília, o Presidente da Câmara, Flávio Marçilio, foi avisado dos ofícios encaminhados por Ministros de Estado, pelo Vice-Presidente da Casa, Deputado Paulino Cicero, e através dele mandou marcar a

reunião para a apreciação dos ofícios.

Caso a Câmara pretenda acolher a solicitação dos Ministros, uma comissão especial com o fim de apreciar os pedidos será formada, e a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara consultada sobre a constitucionalidade do pedido.

Até as 19 horas de ontem, a Mesa da Câmara havia recebido nove pedidos de providências, por parte dos seguintes Ministros: Leitão de Abreu (Gabinete Civil), General Rubem Ludwig (Gabinete Militar), General Danilo Venturini (Assuntos Fundiários), Delfim Netto (Planejamento), General Walter Pires (Exército), Almirante Maximiano Fonseca (Marinha), Brigadeiro Délio Jardim de Mattos (Aeronáutica), César Cals (Minas e Energia), e General Octávio Medeiros (Serviço Nacional de Informações — SNI).

Senador culpa Leitão por deixar de ser Vice-Líder

BRASILIA — "Fui destituído da Vice-Liderança porque critiquei publicamente o Ministro Leitão de Abreu. Se ele continuar na coordenação política, o Governo irá ao caos" — afirmou ontem o Senador Carlos Alberto (PDS-RN), ao tomar conhecimento de que, duas horas antes, o Líder do PDS, Aloysio Chaves, havia comunicado à Mesa do Senado que ele, Carlos Alberto, renunciara à Vice-Liderança.

Carlos Alberto chegou a conversar durante 15 minutos com o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, que lhe pediu — e foi atendido — para cancelar um pronunciamento que faria da tribuna ontem mesmo, denunciando o que considera a "grave crise de relacionamento entre o Palácio do Planalto e o partido do Governo". O pronunciamento, informou o Senador, será transformado em documento a ser entregue pessoalmente ao Presidente Figueiredo, "se o Dr. Leitão assim o permitir".

Surpreso com a atitude do Senador Aloysio Chaves, Carlos Alberto encorajou sua destituição da Vice-Liderança — que exerceu desde a abertura desta legislatura — como "uma punição" pelas acusações que fez ao Chefe do Gabinete Civil da Presidência num artigo assinado pu-

blicado anteontem pelo "Correio Braziliense".

Terça-feira à noite, quando ainda preparava o discurso que ainda faria hoje no plenário para denunciar a falta de coordenação política do Governo, o Líder do PDS convocou-o para pedir o cancelamento do discurso, advertindo-o para o fato de que, como Vice-Líder do Governo, não podia escrever "artigos nos jornais contra a política do Governo". Carlos Alberto disse que seu Líder o chamou de "intempestivo" e mostrou irritação com o artigo publicado no jornal de Brasília.

Ainda como Vice-Líder, o Senador acatou a ponderação de Aloysio Chaves e decidiu não discursar. O mesmo pedido lhe foi feito ontem pelo Ministro Abi-Ackel, que considerou inoportuno o pronunciamento contra Leitão de Abreu, por ser necessário preservar a imagem do Presidente Figueiredo.

Carlos Alberto — um dos principais defensores do Presidente Figueiredo — reteve, após receber a notícia de sua destituição, que considerava indispensável a saída do Ministro Leitão de Abreu da coordenação política do Governo para que haja melhoria do relacionamento entre o PDS e o Governo.

Mandato não extingue a tutela

BRASILIA — O mandato parlamentar não retira do xavante Mário Juruna a condição de tutelado da Funai. Sua situação, segundo o próprio órgão tutor, é a de um índio "em vias de integração", sujeito ao regime tutelar, e cujos atos praticados com pessoas estranhas à sua comunidade só são anuláveis "se lhe forem prejudiciais". Essas explicações sobre a situação do Deputado estão contidas em

um parecer emitido em maio de 1982 pelo Procurador-Geral substituído da Funai, Joaquim Jair Ximenes Aguiar, quando o então Cacique quis saber se poderia concorrer às eleições.

Segundo o parecer, "o xavante Mário Juruna, índio tutelado pela Funai, está em pleno uso e gozo de seus direitos políticos". O órgão o enquadra na situação de índio "em

vias de integração", sujeito ao regime tutelar, "cujos atos são válidos desde que não lhe sejam prejudiciais e de acordo com a extensão de seus efeitos". Os índios dessa categoria são "relativamente incapazes" e, verificada "a existência de compreensão e consciência de seus atos, instrução e formação, nada obsta que exerçam sua capacidade civil plena e os seus direitos de cidadania".